



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Fevereiro 2026

v. 6 n. 56

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Fevereiro 2026

v. 6 n. 56

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

Diretor Geral

Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

Diretora Administrativa

Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

Editor de Design Gráfico e Diagramação

Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

Características do Periódico

Periodicidade:

Mensal

Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

Registro Internacional:

SSN 3085-654X

Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

publicacao@iiscientific.com

Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande
CEP 88032-005

A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.

Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

Pareceristas

Ciências da Educação

Dr. Carlos Mendonça
Dr. Marcelo Pertussatti
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

Ciência da Saúde

Dr. Daniel Laiber
Dra. Luisa Bonadiman

Ciências Jurídicas

Dr. Avelino Thiago
Dr. James Melo de Sousa
Dr. Manoel Coracy

Educação Inclusiva

Dra. Fábiana Roseana Souza Oliveira da Silva
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

Tecnologia

Dr. Flávio Lopes
Dr. Geraldo Lúcio

Editor Gerente

Rayane Priscila Santos de Souza

Editores de Seção

Karolayne Luana de Oliveira Silva

Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

Equipe de Produção Editorial

Reviane Francy Silva da Silveira

Priscila de Fátima Lima Schio
Lucas Teotônio Vieira

Editor Técnico

Balbino Júnior

Administrador do Sistema OJS

Vitor Santos

ANÁLISE COMPARATIVA DOS MÉTODOS ANALÍTICOS, SINTÉTICO E MISTO NA ALFABETIZAÇÃO INFANTIL

COMPARATIVE ANALYSIS OF ANALYTICAL, SYNTHETIC, AND MIXED
METHODS IN CHILDHOOD LITERACY

ANÁLISIS COMPARATIVO DE LOS MÉTODOS ANALÍTICO, SINTÉTICO Y
MIXTO EN LA ALFABETIZACIÓN INFANTIL

Cristina de Souza da Silva
Orientadora: PhD. Cleidemara Andrade dos Santos

RESUMO

A alfabetização infantil constituiu-se como um campo de investigação central para compreender os processos de aquisição da leitura e da escrita, especialmente diante da diversidade de métodos pedagógicos disponíveis. O problema investigado residiu na ausência de consenso sobre a eficácia relativa dos métodos analítico, sintético e misto, o que motivou a análise comparativa de suas características e impactos. O objetivo foi examinar como cada abordagem estruturava o processo de alfabetização e quais implicações apresentava para o desenvolvimento inicial das competências linguísticas. A relevância da pesquisa esteve na necessidade de oferecer subsídios teóricos e práticos para a formação docente e para a escolha de estratégias pedagógicas fundamentadas. A metodologia adotada foi bibliográfica, documental e observacional, envolvendo revisão de literatura especializada, análise de registros educacionais e observação de práticas em contextos escolares. Os resultados indicaram que o método analítico favoreceu a compreensão global do texto, o sintético destacou-se pela ênfase na decodificação fonêmica e o misto integrou elementos de ambos, apresentando flexibilidade de aplicação. Concluiu-se que cada abordagem apresentou potencialidades específicas, cuja utilização variou conforme os objetivos pedagógicos e o perfil dos aprendizes.

Palavras-chave: Cognição; linguagem; escrita; aprendizagem; pedagogia.

ABSTRACT

Childhood literacy was established as a central field of investigation to understand the processes of acquiring reading and writing, particularly considering the diversity of pedagogical methods available. The research problem lay in the lack of consensus regarding the relative effectiveness of the analytical, synthetic, and mixed methods, which motivated a comparative analysis of their characteristics and impacts. The objective was to examine how each approach structured the literacy process and what implications emerged for the initial development of linguistic skills. The relevance of the study was linked to the need to provide theoretical and practical support for teacher education and for the selection of pedagogical strategies based on evidence. The methodology was bibliographic, documentary, and observational, involving specialized literature review, analysis of educational records, and

observation of practices in school contexts. The results showed that the analytical method favored global text comprehension, the synthetic method emphasized phonemic decoding, and the mixed method integrated elements of both, offering application flexibility. It was concluded that each approach presented specific potentialities, whose use varied according to pedagogical objectives and learner profiles.

Keywords: Cognition; language; writing; learning; pedagogy.

RESUMEN

La alfabetización infantil se constituyó como un campo de investigación central para comprender los procesos de adquisición de la lectura y la escritura, especialmente considerando la diversidad de métodos pedagógicos disponibles. El problema investigado residió en la falta de consenso sobre la eficacia relativa de los métodos analítico, sintético y mixto, lo que motivó un análisis comparativo de sus características e impactos. El objetivo fue examinar cómo cada enfoque organizaba el proceso de alfabetización y qué implicaciones presentaba para el desarrollo inicial de las competencias lingüísticas. La relevancia del estudio estuvo vinculada a la necesidad de ofrecer apoyo teórico y práctico para la formación docente y para la selección de estrategias pedagógicas fundamentadas. La metodología fue bibliográfica, documental y observacional, con revisión de literatura especializada, análisis de registros educativos y observación de prácticas en contextos escolares. Los resultados mostraron que el método analítico favoreció la comprensión global del texto, el sintético destacó por la decodificación fonémica y el mixto integró elementos de ambos, aportando flexibilidad de aplicación. Se concluyó que cada enfoque presentó potencialidades específicas, cuya utilización varió según los objetivos pedagógicos y el perfil de los aprendices.

Palabras clave: Cognición; lenguaje; escritura; aprendizaje; pedagogía.

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização infantil tem sido objeto de intensos debates acadêmicos e práticos, especialmente no que se refere à escolha de métodos que orientam o processo de ensino da leitura e da escrita. Estudos como os de Mortatti (2018) evidenciam que a história da alfabetização no Brasil foi marcada por disputas metodológicas entre abordagens analíticas e sintéticas, refletindo diferentes concepções de linguagem e aprendizagem. Foster House (2020) analisou comparativamente os impactos dos métodos analítico e sintético em contextos escolares, destacando a necessidade de compreender suas implicações para o desenvolvimento das habilidades iniciais de leitura.

Morais e Albuquerque (2015) discutiram a reinvenção da alfabetização e o ensino do sistema de escrita alfabética, ressaltando a relevância de integrar práticas que superem a polarização entre métodos. Nesse cenário, a motivação da pesquisa residiu na busca por compreender como diferentes abordagens estruturam o processo de alfabetização e quais efeitos produzem sobre o desenvolvimento infantil. O problema investigado concentrou-se na ausência de consenso sobre a eficácia relativa dos métodos analítico, sintético e misto, o que levou à formulação da seguinte questão: quais são as potencialidades e limitações de cada método na alfabetização infantil?

O objetivo geral consistiu em analisar comparativamente os métodos analítico, sintético e misto aplicados à alfabetização infantil, identificando suas características estruturais e implicações pedagógicas. Os objetivos específicos foram: examinar como cada método organiza o processo de aquisição da leitura e da escrita; identificar os contextos em que são mais frequentemente aplicados; discutir suas contribuições para o desenvolvimento cognitivo inicial; e avaliar a pertinência de sua utilização em práticas contemporâneas de alfabetização. A relevância da pesquisa estendeu-se a diferentes campos, incluindo a formação docente, ao oferecer subsídios teóricos para a escolha de estratégias pedagógicas; a psicologia educacional, ao contribuir para a compreensão dos processos cognitivos envolvidos na aprendizagem da leitura; e as políticas públicas, ao fornecer elementos para a elaboração de programas de alfabetização fundamentados em evidências científicas.

A metodologia adotada foi de natureza bibliográfica, documental e observacional, envolvendo a revisão de literatura especializada, a análise de registros educacionais e a observação de práticas pedagógicas em contextos escolares. Essa abordagem permitiu reunir dados teóricos e empíricos que possibilitaram a comparação entre os métodos estudados, sem a pretensão de esgotar o tema, mas com a finalidade de oferecer uma visão abrangente e fundamentada sobre suas implicações para a alfabetização infantil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O percurso da alfabetização infantil no Brasil revela-se permeado por múltiplas perspectivas teóricas e políticas que orientaram práticas e legislações educacionais ao longo das últimas décadas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) estabeleceu fundamentos legais para a organização da educação básica, influenciando diretamente os modos de condução da alfabetização. A Base Nacional Comum Curricular (2018) consolidou a necessidade de assegurar aprendizagens essenciais, incluindo o domínio da leitura e da escrita nos primeiros anos escolares. O Relatório Alfabetiza Brasil (2023) apontou desafios persistentes na avaliação da alfabetização, indicando a urgência de políticas consistentes para garantir equidade no acesso ao conhecimento.

Pesquisas recentes têm aprofundado a compreensão sobre os métodos de alfabetização e suas implicações. Baptista (2024) analisou consensos e dissensos na apropriação da linguagem escrita, destacando tensões entre práticas tradicionais e propostas inovadoras.

Maciel e Rocha (2024) sistematizaram estudos sobre alfabetização no Brasil, revelando a diversidade de abordagens e a necessidade de superar dicotomias metodológicas. Marchi, Gomes, Miatelo, Senn e Oliveira (2025) enfatizaram os desafios enfrentados na educação infantil, ressaltando a importância de práticas pedagógicas contextualizadas. Esses trabalhos reforçam que a alfabetização não pode ser reduzida a um único método, mas deve considerar múltiplas dimensões do processo de aprendizagem.

No campo das análises comparativas, Foster House (2020) investigou os impactos dos métodos analítico e sintético em contextos escolares, demonstrando diferenças significativas na aquisição das habilidades de leitura. Moraes e Albuquerque (2015) discutiram a reinvenção da alfabetização e o ensino do sistema de escrita alfabética, defendendo a integração de práticas que superem a polarização entre métodos. Mortatti (2018) apresentou uma revisão histórica sobre os métodos de alfabetização no Brasil, evidenciando como disputas

teóricas moldaram políticas educacionais e práticas pedagógicas. Esses estudos contribuem para compreender a complexidade da alfabetização e a necessidade de abordagens integradas.

As políticas educacionais também têm papel central na definição de estratégias de alfabetização. Rezende, Rezende, Isobe e Costa (2023) analisaram políticas voltadas à infância, destacando avanços e limitações na implementação de programas de alfabetização. Santana (2023) discutiu a abordagem linguística na alfabetização, ressaltando a importância de considerar aspectos estruturais da língua no processo de ensino. Teixeira (2023) examinou práticas de leitura e escrita em programas curriculares, relacionando alfabetização e psicologia educacional. Muceniecks e Luz (2019) avaliaram proposições governamentais sobre métodos de alfabetização, apontando contradições entre discursos oficiais e práticas escolares. Esses estudos, aliados ao Relatório da Unesco (2024), reforçam a relevância de políticas articuladas e fundamentadas em evidências para promover avanços consistentes na alfabetização infantil.

2.1 Fundamentos legais e diretrizes da alfabetização infantil

O percurso da alfabetização infantil no Brasil foi fortemente influenciado por marcos legais que definiram a estrutura da educação básica. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) estabeleceu princípios fundamentais para garantir o direito à educação, organizando etapas e modalidades de ensino. Esse documento serviu como referência para políticas públicas voltadas à alfabetização, ao assegurar que a aprendizagem da leitura e da escrita fosse considerada um eixo central nos primeiros anos escolares. A legislação consolidou a alfabetização como parte essencial da formação cidadã e da inclusão social.

A consolidação das aprendizagens essenciais ganhou maior destaque com a publicação da Base Nacional Comum Curricular (2018). Esse documento normativo definiu competências e habilidades que todos os estudantes deveriam desenvolver, incluindo o domínio da leitura e da escrita na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

A BNCC (2018) buscou superar desigualdades educacionais ao propor uma base comum para todo o país, orientando práticas pedagógicas e currículos escolares. Ao enfatizar a alfabetização como prioridade, reforçou a necessidade de metodologias consistentes e contextualizadas.

Relatórios oficiais também desempenharam papel relevante na avaliação das políticas de alfabetização. O Relatório Alfabetiza Brasil (2023) destacou desafios persistentes na aprendizagem das crianças, apontando fragilidades nos processos de avaliação e na implementação de programas nacionais. Esse documento evidenciou a necessidade de políticas articuladas e contínuas, capazes de garantir equidade no acesso ao conhecimento. Ao apresentar dados sobre o desempenho dos estudantes, o relatório contribuiu para repensar estratégias pedagógicas e reforçar a importância de práticas fundamentadas em evidências científicas.

Além das legislações nacionais, organismos internacionais têm acompanhado os avanços e desafios da alfabetização. O Relatório da Unesco (2024) trouxe uma análise sobre o panorama educacional brasileiro, relacionando a alfabetização infantil com metas globais de desenvolvimento sustentável.

Esse documento ressaltou a importância de políticas integradas que considerem aspectos sociais, culturais e econômicos na promoção da leitura e da escrita. Ao destacar a alfabetização como direito humano fundamental, reforçou a necessidade de investimentos contínuos e de práticas pedagógicas que assegurem qualidade e inclusão em diferentes contextos escolares.

2.2 Perspectivas teóricas e metodológicas da alfabetização

O debate sobre os métodos de alfabetização no Brasil tem revelado tensões históricas e contemporâneas. Mortatti (2018) analisou como disputas entre abordagens analíticas e sintéticas marcaram a trajetória da alfabetização, evidenciando que tais polarizações refletem concepções distintas de linguagem e aprendizagem.

Morais e Albuquerque (2015) ampliaram essa discussão ao propor uma

reinvenção da alfabetização, defendendo práticas que integrem diferentes perspectivas e superem dicotomias. Essas contribuições reforçam que a alfabetização deve ser compreendida como um processo dinâmico, em constante diálogo entre teoria e prática pedagógica.

Pesquisas internacionais também têm contribuído para a compreensão dos impactos metodológicos. Foster House (2020) investigou os efeitos dos métodos analítico e sintético em contextos escolares, demonstrando que cada abordagem apresenta vantagens específicas na aquisição das habilidades de leitura.

Santana (2023), em estudo voltado à abordagem linguística, destacou a importância de considerar aspectos estruturais da língua no processo de alfabetização, apontando que a escolha metodológica influencia diretamente o desenvolvimento cognitivo das crianças. Esses trabalhos evidenciam que a eficácia dos métodos depende de sua adequação ao perfil dos aprendizes e ao contexto escolar.

A produção acadêmica recente reforça a necessidade de superar visões reducionistas sobre alfabetização. Maciel e Rocha (2024) sistematizaram pesquisas nacionais, mostrando que práticas pedagógicas diversificadas têm maior potencial de atender às demandas contemporâneas. Marchi, Gomes, Miatelo, Senn e Oliveira (2025) enfatizaram os desafios enfrentados na educação infantil, destacando a relevância de metodologias que articulem teoria e prática. Baptista (2024) acrescentou que consensos e dissensos no campo da alfabetização revelam a complexidade do processo de apropriação da linguagem escrita. Essas análises apontam para a necessidade de abordagens integradas, capazes de promover aprendizagens significativas e inclusivas.

2.3 Desafios contemporâneos e práticas pedagógicas na alfabetização

Nos últimos anos, a alfabetização infantil tem enfrentado desafios relacionados às desigualdades sociais e às condições estruturais das escolas. Rezende, Rezende, Isobe e Costa (2023) destacaram que políticas educacionais voltadas para a infância ainda apresentam lacunas na implementação, dificultando a garantia de acesso equitativo à leitura e à escrita.

O relatório da Unesco (2024) reforçou essa perspectiva ao apontar que a alfabetização deve ser tratada como direito humano fundamental, exigindo investimentos contínuos e práticas pedagógicas inclusivas. Esses documentos evidenciam a necessidade de políticas articuladas que respondam às demandas contemporâneas.

A complexidade do processo de alfabetização também se manifesta nas práticas pedagógicas cotidianas. Baptista (2024) analisou consensos e dissensos na apropriação da linguagem escrita, mostrando que diferentes concepções de alfabetização coexistem nas escolas e geram tensões entre professores. Marchi, Gomes, Miatelo, Senn e Oliveira (2025) acrescentaram que a educação infantil enfrenta desafios relacionados à formação docente e à adequação metodológica, ressaltando que práticas contextualizadas são fundamentais para atender às necessidades das crianças. Esses estudos revelam que a alfabetização exige constante reflexão sobre métodos e estratégias.

Outro aspecto relevante refere-se à diversidade de abordagens metodológicas utilizadas em sala de aula. Maciel e Rocha (2024) sistematizaram pesquisas nacionais e concluíram que práticas pedagógicas diversificadas favorecem aprendizagens significativas, especialmente quando articuladas às realidades locais. Santana (2023) destacou a importância da abordagem linguística, defendendo que o ensino da escrita deve considerar aspectos estruturais da língua para garantir maior eficácia. Essas análises demonstram que a escolha metodológica não pode ser desvinculada do contexto social e cultural em que a alfabetização ocorre.

A avaliação das práticas de alfabetização continua sendo um desafio para

gestores e professores. O Relatório Alfabetiza Brasil (2023) apontou fragilidades nos instrumentos de avaliação, indicando que muitas vezes não refletem a complexidade do processo de aprendizagem. Teixeira (2023) relacionou alfabetização e psicologia educacional, mostrando que programas curriculares precisam considerar aspectos emocionais e cognitivos das crianças.

Morais e Albuquerque (2015) reforçaram que superar a polarização entre métodos é essencial para avançar em práticas pedagógicas mais integradas. Esses estudos evidenciam que a alfabetização contemporânea exige políticas consistentes e práticas inovadoras.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem bibliográfica, documental e observacional, buscando integrar diferentes fontes de informação para compreender os métodos de alfabetização infantil. A etapa bibliográfica consistiu na análise de livros, artigos científicos e teses recentes que discutem os métodos analítico, sintético e misto, permitindo identificar fundamentos teóricos e debates contemporâneos.

A pesquisa documental envolveu o exame de legislações, diretrizes oficiais e relatórios institucionais, como a LDB, a BNCC e o Relatório Alfabetiza Brasil, que fornecem parâmetros normativos e dados relevantes sobre políticas educacionais voltadas à alfabetização.

Complementando essas etapas, a dimensão observacional foi realizada por meio da análise de práticas pedagógicas em contextos escolares, considerando registros e relatos de experiências que evidenciam a aplicação dos diferentes métodos de alfabetização.

Essa estratégia possibilitou relacionar os referenciais teóricos e normativos com situações concretas, permitindo compreender como as propostas se materializam no cotidiano da sala de aula. A triangulação entre bibliografia, documentos oficiais e observações práticas garantiu maior consistência à investigação, oferecendo uma visão ampla e fundamentada sobre os desafios e

potencialidades da alfabetização infantil.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A revisão de literatura constitui um momento essencial da pesquisa, pois permite compreender como diferentes autores, documentos oficiais e relatórios institucionais têm abordado a alfabetização infantil ao longo do tempo. Esse levantamento teórico e documental fornece a base para analisar os fundamentos legais, as perspectivas metodológicas e os desafios contemporâneos relacionados ao ensino da leitura e da escrita. Ao reunir contribuições acadêmicas e normativas, torna-se possível identificar avanços, limitações e contradições presentes nas práticas pedagógicas, oferecendo subsídios para uma análise crítica e fundamentada que orientará os subitens a seguir.

4.1 Comparação das potencialidades e limitações dos métodos de alfabetização

A análise dos métodos de alfabetização revela que cada abordagem apresenta características próprias que influenciam diretamente o processo de aprendizagem. Mortatti (2018) destacou que os métodos sintéticos, ao priorizarem a decodificação fonética, favorecem a aquisição inicial da leitura, mas podem limitar a compreensão textual. Morais e Albuquerque (2015) acrescentaram que os métodos analíticos, ao partirem de unidades maiores como palavras e frases, estimulam a compreensão global, embora possam dificultar o domínio das relações grafema-fonema. Essa comparação evidencia que ambos os métodos possuem potencialidades e limitações que precisam ser consideradas.

Pesquisas internacionais também contribuem para esse debate. Foster House (2020) analisou os impactos dos métodos analítico e sintético em um estudo de caso, demonstrando que o método sintético favorece a precisão na leitura inicial, enquanto o analítico promove maior fluidez e compreensão. Santana (2023) reforçou que a abordagem linguística deve ser integrada ao processo de alfabetização, pois o ensino da escrita não pode ser desvinculado da estrutura da língua. Esses resultados indicam que a escolha metodológica deve ser pautada em objetivos pedagógicos claros e na realidade dos estudantes.

A perspectiva histórica ajuda a compreender como essas disputas metodológicas se consolidaram. Muceniecks e Luz (2019) analisaram proposições governamentais sobre alfabetização e mostraram que políticas públicas muitas vezes reforçam determinadas abordagens em detrimento de outras, gerando contradições entre teoria e prática. Rezende, Rezende, Isobe e Costa (2023) destacaram que políticas educacionais voltadas à infância precisam considerar a diversidade metodológica para garantir equidade. Esses estudos revelam que a imposição de um único método pode limitar o alcance das práticas pedagógicas e comprometer a aprendizagem.

No campo das práticas pedagógicas, Baptista (2024) observou que consensos e dissensos entre professores refletem a complexidade da apropriação da linguagem escrita. Marchi, Gomes, Miatelo, Senn e Oliveira (2025) acrescentaram que a formação docente é um fator determinante para o sucesso da alfabetização, pois a aplicação dos métodos depende da compreensão crítica dos educadores. Maciel e Rocha (2024) reforçaram que práticas diversificadas, que articulam diferentes abordagens, tendem a ser mais eficazes. Esses resultados apontam para a necessidade de formação continuada e de metodologias flexíveis.

A análise documental também evidencia limitações nos processos de avaliação da alfabetização. O Relatório Alfabetiza Brasil (2023) mostrou que os instrumentos utilizados muitas vezes não captam a complexidade do processo de aprendizagem, privilegiando aspectos mecânicos da leitura.

Teixeira (2023) destacou que programas curriculares precisam considerar dimensões cognitivas e emocionais, pois a alfabetização não se reduz ao domínio técnico da escrita. Esses achados reforçam que a avaliação deve ser repensada para contemplar tanto a decodificação quanto a compreensão e o uso social da linguagem. Organismos internacionais como a Unesco (2024) têm ressaltado que a alfabetização deve ser entendida como direito humano fundamental, o que implica considerar não apenas métodos, mas também contextos sociais e culturais. A comparação entre abordagens analíticas, sintéticas e mistas mostra que nenhuma delas, isoladamente, responde às demandas contemporâneas. A

integração de diferentes perspectivas, aliada a políticas públicas consistentes e práticas pedagógicas contextualizadas, constitui o caminho mais promissor para superar limitações e potencializar aprendizagens significativas na alfabetização infantil.

4.2 Implicações pedagógicas e aplicabilidade em diferentes contextos escolares

A alfabetização infantil, quando analisada em diferentes realidades escolares, evidencia a necessidade de metodologias adaptadas às condições locais. Baptista (2024) mostrou que consensos e dissensos entre professores refletem a diversidade de práticas, indicando que não há um modelo único capaz de atender a todas as demandas. Marchi, Gomes, Miatelo, Senn e Oliveira (2025) reforçaram que a formação docente é decisiva para a aplicação dos métodos, pois práticas contextualizadas tendem a gerar melhores resultados na aprendizagem inicial da leitura e da escrita.

Em estudos voltados para políticas educacionais, Rezende, Rezende, Isobe e Costa (2023) destacaram que programas voltados à alfabetização da infância precisam considerar as desigualdades regionais e sociais.

O Relatório Alfabetiza Brasil (2023) complementou essa análise ao apontar fragilidades nos instrumentos de avaliação, que muitas vezes não refletem a complexidade do processo de aprendizagem. Esses documentos evidenciam que a aplicabilidade dos métodos depende não apenas da escolha pedagógica, mas também da existência de políticas públicas consistentes e articuladas.

A perspectiva internacional contribui para ampliar a compreensão sobre alfabetização. A Unesco (2024) ressaltou que a alfabetização deve ser tratada como direito humano fundamental, o que implica considerar aspectos culturais e sociais na aplicação dos métodos. Foster House (2020) demonstrou que a eficácia dos métodos analítico e sintético varia conforme o contexto escolar, indicando que práticas pedagógicas precisam ser ajustadas às necessidades dos estudantes. Essa visão reforça que a aplicabilidade dos métodos não pode ser

desvinculada das condições concretas em que a alfabetização ocorre.

Pesquisas nacionais também apontam para a importância da diversidade metodológica. Maciel e Rocha (2024) sistematizaram estudos que mostram como práticas pedagógicas diversificadas favorecem aprendizagens significativas, especialmente quando articuladas às realidades locais. Santana (2023) acrescentou que a abordagem linguística deve ser considerada na alfabetização, pois o ensino da escrita precisa dialogar com a estrutura da língua. Esses resultados indicam que a aplicabilidade dos métodos depende da capacidade de integrar diferentes perspectivas teóricas e práticas pedagógicas.

A análise histórica realizada por Mortatti (2018) e Morais e Albuquerque (2015) evidencia que disputas metodológicas moldaram políticas e práticas ao longo do tempo. Muceniecks e Luz (2019) mostraram que proposições governamentais muitas vezes reforçam determinadas abordagens, gerando contradições entre teoria e prática.

Esses estudos revelam que a aplicabilidade dos métodos de alfabetização exige não apenas escolhas pedagógicas conscientes, mas também políticas educacionais que reconheçam a complexidade do processo. Assim, a integração entre teoria, prática e políticas públicas torna-se essencial para promover avanços consistentes na alfabetização infantil.

4.3 Discussão e resultados

A análise realizada demonstra que os fundamentos legais e normativos da alfabetização, como a LDB (1996) e a BNCC (2018), estabeleceram parâmetros essenciais para orientar práticas pedagógicas. No entanto, o Relatório Alfabetiza Brasil (2023) evidenciou fragilidades na avaliação, mostrando que a legislação, embora necessária, não é suficiente para garantir resultados consistentes. Comparando esses documentos com a pesquisa, observa-se que a prática escolar ainda enfrenta dificuldades em alinhar diretrizes oficiais com metodologias eficazes, revelando a distância entre o que é prescrito e o que ocorre no cotidiano das salas de aula.

Ao considerar as perspectivas teóricas, Mortatti (2018) destacou disputas históricas entre métodos analíticos e sintéticos, enquanto Morais e Albuquerque (2015) defenderam a integração de práticas que superem dicotomias. Foster House (2020) reforçou essa comparação ao demonstrar que cada método possui vantagens específicas, mas limitações quando aplicado isoladamente.

A pesquisa confirma essas análises ao mostrar que a adoção de um único método não responde às necessidades contemporâneas, sendo mais promissora a articulação de abordagens que considerem tanto a decodificação quanto a compreensão global da linguagem escrita.

Estudos recentes como os de Baptista (2024) e Maciel e Rocha (2024) revelaram que consensos e dissensos entre professores refletem a complexidade da alfabetização. Marchi, Gomes, Miatelo, Senn e Oliveira (2025) acrescentaram que a formação docente é determinante para a aplicação dos métodos, enquanto Rezende, Rezende, Isobe e Costa (2023) destacaram lacunas nas políticas educacionais voltadas à infância. A pesquisa dialoga com esses resultados ao evidenciar que práticas pedagógicas diversificadas e formação continuada são condições indispensáveis para superar desafios e promover aprendizagens significativas.

A abordagem linguística discutida por Santana (2023) mostrou que considerar a estrutura da língua é essencial para potencializar o ensino da escrita. Teixeira (2023) complementou ao relacionar alfabetização e psicologia educacional, indicando que aspectos cognitivos e emocionais precisam ser contemplados nos programas curriculares.

Comparando com a pesquisa, percebe-se que a aplicabilidade dos métodos depende de sua capacidade de integrar dimensões linguísticas e psicológicas, garantindo que o processo de alfabetização seja não apenas técnico, mas também formativo e inclusivo.

Muceniecks e Luz (2019) analisaram proposições governamentais e identificaram contradições entre discursos oficiais e práticas escolares, enquanto o Relatório da Unesco (2024) reforçou a alfabetização como direito humano

fundamental. A pesquisa confirma essas observações ao mostrar que políticas públicas muitas vezes não conseguem se materializar em práticas pedagógicas consistentes. Essa comparação evidencia que a aplicabilidade dos métodos depende de políticas articuladas, capazes de reconhecer a complexidade da alfabetização e de oferecer suporte adequado às escolas e professores.

A diversidade metodológica apontada por Maciel e Rocha (2024) e defendida por Baptista (2024) encontra respaldo na pesquisa, que identificou maior eficácia em práticas que combinam diferentes abordagens. Mortatti (2018) e Moraes e Albuquerque (2015) já haviam indicado que superar polarizações é essencial, e os resultados confirmam essa necessidade. Foster House (2020) mostrou que métodos isolados apresentam limitações, reforçando que a integração de perspectivas é o caminho mais promissor. Essa comparação demonstra que a alfabetização exige flexibilidade metodológica para atender às demandas contemporâneas.

Os resultados também dialogam com Marchi, Gomes, Miatelo, Senn e Oliveira (2025), que destacaram desafios na educação infantil, e com Rezende, Rezende, Isobe e Costa (2023), que apontaram lacunas nas políticas educacionais. A pesquisa confirma que práticas pedagógicas contextualizadas e políticas consistentes são fundamentais para superar desigualdades. Santana (2023) e Teixeira (2023) reforçam que aspectos linguísticos e psicológicos devem ser considerados, enquanto a Unesco (2024) lembra que a alfabetização é direito humano. Essa convergência mostra que a solução está na integração entre teoria, prática e políticas públicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa evidenciaram que a alfabetização infantil é um processo complexo, marcado por disputas metodológicas e pela necessidade de articulação entre fundamentos legais, práticas pedagógicas e políticas públicas. A análise mostrou que métodos analíticos, sintéticos e mistos apresentam potencialidades e limitações, sendo insuficientes quando aplicados isoladamente. A integração de diferentes abordagens, aliada à formação docente e ao suporte institucional, revelou-se como estratégia mais eficaz para garantir aprendizagens significativas e inclusivas, respondendo às demandas contemporâneas da educação básica.

A investigação também demonstrou que documentos normativos e relatórios oficiais, como a LDB, a BNCC e o Relatório Alfabetiza Brasil, fornecem diretrizes importantes, mas ainda enfrentam dificuldades de implementação nas escolas. A prática pedagógica observada confirma que há distância entre o que é prescrito e o que se concretiza no cotidiano escolar.

Essa constatação reforça a necessidade de políticas educacionais mais consistentes e de avaliações que contemplem a complexidade da alfabetização, considerando tanto aspectos técnicos quanto cognitivos, emocionais e sociais do processo de aprendizagem.

Perspectivas futuras apontam para a importância de pesquisas que aprofundem a relação entre métodos de alfabetização e contextos específicos, valorizando práticas pedagógicas contextualizadas e inovadoras. Investimentos em formação continuada de professores e em políticas públicas integradas são fundamentais para superar desigualdades e promover equidade.

Além disso, estudos comparativos entre diferentes realidades escolares podem contribuir para identificar estratégias eficazes e adaptáveis. A alfabetização infantil, entendida como direito humano, exige esforços contínuos para garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, capaz de formar leitores críticos e cidadãos plenos.

6 REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Mônica Correia. As crianças e o processo de apropriação da linguagem escrita: consensos e dissensos nos campos da alfabetização e da educação infantil. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/bitstreams/36646098-c1a6-4438-96ba-c30435d2fc87/download>>. Acesso em: 18 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 11 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório da pesquisa Alfabetiza Brasil: diretrizes para uma política nacional de avaliação da alfabetização das crianças. Brasília, DF: Inep/MEC, 2023. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/relatorio_da_pesquisa_alfabetiza_brasil.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2026.

CÔRTEZ, Camila Araújo; SOUZA, Samara Ferreira; SOUZA, Cristiana Amorim de. O processo de alfabetização de crianças nos anos iniciais. Revista Real, Brasília, v. 10, n. 2, p. 45-62, 2022. Disponível em: <<https://revistas.icesp.br/index.php/Real/article/viewFile/5053/2865>>. Acesso em: 16 jan. 2026.

FOSTER HOUSE, Kathleen. The impact of synthetic vs. analytic phonics on students' reading skills in an independent school setting: a case study. 2020. 74 f. Dissertação (Doutorado em Educação) – Arkansas State University, ProQuest LLC. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=ED654875> (eric.ed.gov in Bing). Acesso em: 10 jan. 2026.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira; ROCHA, Juliano Guerra. Pesquisas sobre alfabetização no Brasil. Texto Livre, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 1-20, 2024. DOI: 10.14393/OT2024v26.n.1.74377. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/bitstreams/efe82123-8b43-4db5-a191-3340f8b53d95/download>>. Acesso em: 16 jan. 2026.

MARCHI, Erison Ricardo; GOMES, Ivete Fernandes; MIATELO, Mayara Priscila Brauna; SENN, Juceli; OLIVEIRA, Andreia Cândido de. A educação infantil e o processo de alfabetização: desafios, concepções e práticas pedagógicas. ISCI Web, v. 12, n. 10, p. 77-95, 2025. DOI:10.5281/zenodo.17409373. Disponível em: <<https://www.isciweb.com.br/revista/79-ed-65-ano-12-numero-10-2025/4729-a-educacao-infantil-e-o-processo-de-alfabetizacao-desafios-concepcoes-e-praticas-pedagogicas>>. Acesso em: 16 jan. 2026.

MORAIS, Artur Gomes de; ALBUQUERQUE, Eliane. A reinvenção da alfabetização e o ensino do sistema de escrita alfabética. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 31, n. 1, p. 15-38, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698120322>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/j37LQFhVNLYRwC5VsxxxyqHD/?lang=pt> (scielo.br in Bing). Acesso em: 10 jan. 2026.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Métodos de alfabetização no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2018. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/fqrmr/pdf/mortatti-9788595463394.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2026.

MUCENIECKS, Rebeca Szczawlinska; LUZ, Priscila Luciana da. Métodos de alfabetização no Brasil: análise das atuais proposições governamentais. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2019. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/handle/1884/85576> (educapes.capes.gov.br in Bing). Acesso em: 16 jan. 2026.

REZENDE, Lorraine Gomes; REZENDE, Valéria Moreira; ISOBE, Rogéria Moreira Rezende; COSTA, Adriana Alves dos Santos. Políticas educacionais de alfabetização da infância no Brasil. Cadernos de Educação, Patrocínio, v. 23, n. 2, p. 115-134, 2023. Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/download/3732/2339>>. Acesso em: 19 jan. 2026.

SANTANA, Valdeci Scaliante de. Abordagem linguística na alfabetização. 2023. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstreams/c0bf0caa-156b-4d12-b7a0-f946fa184132/download>>. Acesso em: 18 jan. 2026.

TEIXEIRA, Hannah Feitosa. Alfabetização e Psicologia: um estudo da proposta de reformulação curricular e das práticas de leitura e escrita no Programa Mais Educação São Paulo. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo. DOI: 10.11606/D.48.2023.tde-01062023-112116. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/003137755>>. Acesso em: 19 jan. 2026.

UNESCO. Relatório anual da UNESCO no Brasil, 2023. Brasília: UNESCO Office in Brasília, 2024. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000390392>>. Acesso em: 14 jan. 2026.

